



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 236 / 2009

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 04/02/2009 – 26ª Sessão Ordinária

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/2780/2006

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200618570

RECORRENTE: DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: MÔNICA M CASTELO NOLLA

RELATORA CONS: JERITZA GURGEL HOLANDA ROSÁRIO DIAS

**EMENTA: CRÉDITO INDEVIDO. LANÇAMENTO NA CONTA GRÁFICA DO ICMS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. DECISÃO AMPARADA NO ART. 51, DA LEI Nº 12.670/96 C/C COM O ART. 131, INC. IX, ART. 447, I E ART. 65, INC. VI E VIII, TODOS DO DEC. Nº 24.569/97. PENALIDADE INSERTA NO ART. 123, INC. II, ALÍNEA "A", DA LEI 12.670/96, ALTERADA PELA LEI Nº 13.418/04. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME E DE ACORDO COM O PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. AÇÃO FISCAL PROCEDENTE.**

## RELATÓRIO

Cuida-se o processo sob exame de auto de infração lavrado em razão do lançamento de crédito indevido de ICMS no valor de R\$ 5.534,48, proveniente de lançamento na conta gráfica, relativo a mercadorias sujeitas à substituição tributária, bem como através de documento fiscal inidôneo.

Foram apontados como dispositivos legais infringidos os arts. 49, 52, 53 da Lei nº 12.670/96, com penalidade inserta no art. 123, II, "a" do mesmo diploma legal.

O auto de infração foi instruído com os documentos de folhas 03 a 23.

Devidamente intimado, o Contribuinte apresentou impugnação nos seguintes termos:

- que a alegação de falsidade do documento não foi devidamente comprovada e que a SEFAZ não tem competência para afirmar a falsidade dos documentos, sendo da Justiça;
- que um documento não pode ser considerado falso antes da apreciação de prova pericial e judicial e que, não teve a oportunidade de contraditar com a SEFAZ sobre a autenticidade da Nota Fiscal;
- que não reconhece a suposta invalidade do documento e, portanto, se exclui de qualquer responsabilidade relativa à validade do documento, devendo recair sobre a F. AS, Comércio e Representações;
- que no auto de infração não pode ser exigido o imposto, pois ao pagar a mercadoria o imposto já estava embutido, ferido o princípio da não-cumulatividade;
- que existe uma nulidade pelo fato infringente estar impreciso, tendo um vista a tipificação equivocada no auto de infração;
- que há cerceamento ao direito de defesa, pois a tipificação estando errada, prejudicaria na tese de defesa.

Em sede de julgamento singular, a Célula de Julgamento de Primeira Instância decidiu pela procedência da autuação, por entender que, após todos embasamento acostado pelo fiscal, o crédito realmente era indevido em decorrência de lançamento na conta gráfica, relativo a mercadorias sujeitas a substituição tributária, como também, através de documento fiscal inidôneo.

A empresa autuada insatisfeita com a decisão singular, interpôs recurso voluntário alegando basicamente:

- que não houve publicação oficial do respectivo ato fazendário de bloqueio da inscrição cadastral da empresa emitente da nota fiscal, não podendo, portanto, se declarada a inidoneidade do documento se a empresa estava ativa no cadastro da Fazenda Estadual;

- que existem várias decisões do STF indicando que se houve transação comercial, a empresa não pode ser penalizada por erros de terceiros;
- e, por fim, requer que o auto de infração seja declarado improcedente.

A Consultoria Tributária emitiu o Parecer n.º 206/2008, sugerindo a manutenção da decisão condenatória exarada pela primeira instância.

A douta Procuradoria Geral do Estado, instada a se manifestar, adotou o parecer supracitado em todos os seus termos.

É o relatório.

## **VOTO DA RELATORA**

Trata a presente ação fiscal de auto de infração lavrado em razão do lançamento de crédito indevido de ICMS no valor de R\$ 5.534,48, proveniente de lançamento na conta gráfica, relativo a mercadorias sujeitas à substituição tributária, bem como através de documento fiscal inidôneo.

A julgadora de 1ª Instância, por ocasião da apreciação do feito, exarou decisão de procedência do auto de infração e o fê-lo por entender que, após todos embasamento acostado pelo fiscal, o crédito realmente era indevido em decorrência de lançamento na conta gráfica, relativo a mercadorias sujeitas a substituição tributária, como também, através de documento fiscal inidôneo.

Na hipótese sob exame, a decisão singular não merece qualquer reforma, porquanto, proferida em absoluta sintonia com a Lei e com o entendimento assentado por este Contencioso.

Com efeito, na espécie o ilícito está perfeitamente caracterizado na ação fiscal.

Conforme ficou demonstrado nos autos, a empresa autuada creditou-se indevidamente do ICMS de mercadorias sujeitas à substituição tributária e de documento fiscal inidôneo, senão vejamos:

No que se refere ao documento fiscal nº 1307, emitido por FAZ Comércio e Representações, a fraude detectada, o que tornou o documento fiscal impróprio, foi que, através da consulta realizada no PAIDF, verificou-se que o selo fiscal de autenticidade de nº 190155307, contido naquela nota, na verdade era da empresa VALE AZUL TRANSPORTE E TURISMO LTDA (fls. 36/37).

E, no que se refere à inidoneidade, a Nota Fiscal Avulsa nº 2263, o lançamento do imposto deveria ser lançado sem crédito do imposto, por se tratar de operação sujeita ao regime de substituição tributária. Assim, a escrituração dessa nota deveria ter ocorrido no Livro de

Registro de Entradas de Mercadorias, sem o crédito do imposto, conforme comando do art. 447, inc. I, do RICMS. Dessa forma, a empresa não tem o direito de se creditar.

Assim, haja vista os pontos rebatidos acima, resultaram inequivocamente em falta de recolhimento, ficando, portanto, sujeita à penalidade inserta no art. 123, II, "a", do Decreto 12.670/96.

Pelo exposto, voto para que se conheça do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, para o fim de manter a decisão condenatória de 1ª Instância, e, por conseguinte, julgar PROCEDENTE a ação fiscal, em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Estado.

Por fim, considerando o objeto da presente ação fiscal – CRÉDITO INDEVIDO DE ICMS – sugere o relator da presente que seja conhecido do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

#### **DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

ICMS: R\$ 5.534,48

MULTA: R\$ 5.534,48

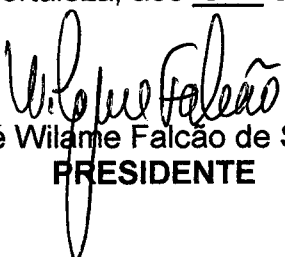
**TOTAL: R\$ 11.068,96**

**DECISÃO:**

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é **RECORRENTE** DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA e **RECORRIDA** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,

Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolver por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Marcos Antonio Brasil.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 01 de ABRIL de 2.009.

  
José Wilane Falcão de Souza  
**PRESIDENTE**

  
Sandra Maria Tavares Menezes de Castro  
**CONSELHEIRA**

  
Jeritza Gurgel Holanda Rosário Dias  
**CONSELHEIRA RELATORA**

  
Alexandre Mendes de Sousa  
**CONSELHEIRO**

  
Marcos Antonio Brasil  
**CONSELHEIRO**

  
Manoel Valdir Nogueira Júnior  
**CONSELHEIRO**

  
José Moreira Sobrinho  
**CONSELHEIRO**

  
Ana Maria Martins Timbó Holanda  
**CONSELHEIRA**

  
Sebastião Almeida Araújo  
**CONSELHEIRO**

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
**PROCURADOR DO ESTADO**